



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 1º PERÍODO - DATA: 18/04/2022

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Penal - Parte Geral I
Professor: Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 01

Marque a alternativa que corresponda com a fonte forma do direito penal:

- a) a legislação.
- b) os costumes.
- c) doutrina.
- d) o Estado.

Questão 02

“Para a prática de uma única infração penal, deverá haver somente uma punição criminal, impossibilitando a existência de duas ou mais punições. É dizer que ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.” O texto está referindo a qual dos princípios do direito penal?

- a) do “in dúbio pro reo”.
- b) do “ne bis in idem”.
- c) da culpabilidade.
- d) da efetividade.

Questão 03

Jovito foi condenado por um crime cuja pena máxima não época dos fatos era de 12 anos de reclusão. Passados 3 anos do cumprimento de sua pena, foi promulgada uma lei alterando a pena máxima do mesmo crime para 15 anos de reclusão. Diante esse fato hipotético, marque a alternativa correta.

- a) Jovito terá sua pena acrescida para atender as exigências da nova lei penal.
- b) A nova lei penal não vai retroagir para alcançar Jovito devido o princípio da anterioridade.
- c) A nova lei penal não vai retroagir para alcançar Jovito devido o princípio da irretroatividade da lei mais severa.
- d) A nova lei penal não vai retroagir para alcançar Jovito devido o princípio da retroatividade da lei mais benéfica.

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral I
Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 04

Alexandre é agente diplomático do Brasil na Austrália. Citado em Camberra, alegou extraterritorialidade sem designar onde tem, no Brasil, o seu domicílio. De acordo com o Código Civil brasileiro, Alexandre:

- a) deverá ser demandado exclusivamente no último ponto do território brasileiro onde o teve, uma vez que o agente diplomático não possui domicílio certo no Brasil.
- b) deverá ser demandado exclusivamente no Distrito Federal em razão do cargo de agente diplomático.
- c) poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- d) poderá ser demandado na capital do Estado do último ponto do território brasileiro onde o teve, uma vez que diplomatas possuem domicílios em capitais brasileiras.

Questão 05

Maria, grávida de 5 meses, preocupa-se com a proteção dos direitos do seu futuro bebê. O marido de Maria, pai da criança, está hospitalizado em quadro de saúde gravíssimo e a relação de Maria com a família do seu marido não é harmoniosa.

A afirmação que melhor reflete a situação do nascituro é:

- a) nascituro goza de proteção jurídica;
- b) nascituro tem personalidade civil plena;
- c) nascituro não é titular de direitos subjetivos;
- d) embrião e nascituro têm o mesmo tratamento legal;

Questão 06

De acordo com o STF, é assegurado às pessoas transexuais o direito à alteração de prenome e gênero em seus registros civis,

- a) desde que o juiz competente constitua a identidade de gênero do(a) requerente.
- b) caso tenha sido realizada a respectiva cirurgia de transgenitalização, mesmo que o juiz não tenha constituído a identidade de gênero do(a) requerente.
- c) desde que a identidade com o gênero autopercebido pelo(a) requerente seja atestada por certificação médica ou psicológica.
- d) ainda que o(a) requerente não faça prova da sua identidade de gênero, que é autopercebida.

Questão 07

A respeito da morte civil, atenção às regras aqui dispostas.

I. Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

II. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, desde que as causas que originaram o acidente sejam efetivamente elucidadas, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

III. A existência da pessoa natural termina com a morte.

IV. Pode ser declarada a morte presumida sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Nesse caso, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

Estão erradas as regras contidas nos incisos:

- a) III e IV.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.

Disciplina: Introdução às Ciências Políticas

Professor: Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 08

A _____ da antiga Grécia era a cidade, comunidade, composta pela coletividade, ou seja, por importantes cidadãos que compartilhavam ideais de virtude, de bens e valores familiares.

Após a leitura do trecho, marque a alternativa com a palavra que completa corretamente a frase.

Escolha uma opção:

- a) () Polis.
- b) () Basileia.
- c) () Civitas.
- d) () Chronos.

Questão 09

Um dos grandes pontos da filosofia na Idade Média foi o embate entre o poder da Igreja versus o poder da realeza.

As discussões filosóficas do período medieval concentravam o estudo principalmente sobre temas envolvendo:

Escolha uma opção:

- a) Caridade versus privilégios.
- b) Deus, Universo e homem.
- c) Deuses e privilégios.
- d) Reis divinos.

Questão 10

Para o filósofo Jean-Jacques Rousseau, o que corrompe e aliena o homem é a propriedade privada e a vida em sociedade, as quais, face à hipocrisia e às aparências, fazem com que o homem viva preso.

Segundo a teoria de Rousseau, o homem natural não precisaria unir-se politicamente a outros indivíduos, mas se vê obrigado a unir-se pela(s):

Escolha uma opção:

- a) Leis da sociedade.
- b) Condição humana.
- c) Crenças e dogmas.
- d) Falta de recursos.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Professor: Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 11

NÃO É uma das “Funções Ordinárias do Direito”:

- a) Deslegitimação do poder.
- b) Integração ou controle social.
- c) Resolução de conflitos.
- d) Organização social.

Questão 12

Em relação aos pontos de aproximação entre o Direito e a moral, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Tanto o Direito como a moral são fenômenos culturais, vale dizer, têm a mesma gênese cultural essencialmente humana.
- b) A moral inspira o Direito, desde a sua criação, interpretação, até culminar em seu fim, com sua aplicação ao caso em concreto.
- c) Os valores morais não fornecem o conteúdo, sentido e significação das regras jurídicas.
- d) O Direito é uma opção moral, não se podendo permitir que tenha sido criado para praticar injustiças – mas se isto acontecer, somente foi possível perceber justamente porque se afigura uma antítese ao seu escopo maior, qual seja o de trilhar os caminhos da justiça. Questão 02

Questão 13

A doutrina clássica da coação como força legítima do Estado está assentada em três características elementares: heteronomia, bilateralidade e imperatividade atributiva. A par desta afirmação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () O termo heteronomia foi cunhado por KANT para explicar a sujeição de um indivíduo à vontade de outro ou de uma coletividade, que se opõe à ideia de autonomia, onde a pessoa exerce, com liberdade, a sua vontade.
- b) () A força do Direito é a expressão da vontade ordinariamente do Estado e chancelado pelo Parlamento, daí se afirmar que é legítima, pressupondo a aceitação das normas que refletem a tradição cultural do Soberano ou decorrem da produção legislativa destes mesmos Soberanos, por meio de decretos e éditos.
- c) () A bilateralidade é oriunda das lições de DEL VECCHIO, para quem o Direito oferta determinações bilaterais e concatenadas aos indivíduos: criam uma possibilidade a um sujeito e aos outros impõem uma necessidade.
- d) () A imperatividade atributiva é propugnada por LEON PETRAZYCKI, no sentido de que somente o Direito está estruturado para exigir, forçadamente, o cumprimento de uma obrigação prevista no ordenamento jurídico.

Disciplina: Direito Constitucional I Professor: Me. Mário César Martins de Miranda

Questão 14

Assinale a opção que apresenta a classificação correta da Constituição Federal de 1988.

- a) Promulgada, costumeira, analítica, material, dogmática, rígida, reduzida e eclética.
- b) Outorgada, costumeira, sintética, material, dogmática, rígida, reduzida e eclética.
- c) Promulgada, escrita, sintética, formal, histórica, semi-flexível e ortodoxa.
- d) Promulgada, escrita, analítica, formal, dogmática, rígida, reduzida e eclética.

Questão 15

Chega de ação. Queremos promessas. Assim protestava o grafite, ainda em tinta fresca, inscrito no muro de uma cidade, no coração do mundo ocidental. A espirituosa inversão da lógica natural dá conta de uma das marcas dessa geração: a velocidade da transformação, a profusão de ideias, a multiplicação das novidades. Vivemos a perplexidade e a angústia da aceleração da vida. Os tempos não andam propícios para doutrinas, mas para mensagens de consumo rápido. Para jingles, e não para sinfonias. O direito vive uma grave crise existencial. Não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a injustiça passeia pelas ruas com passos firmes e a insegurança é a característica da nossa era.

Na aflição dessa hora, imerso nos acontecimentos, não pode o intérprete beneficiar-se do distanciamento crítico em relação ao fenômeno que lhe cabe analisar. Ao contrário, precisa operar em meio à fumaça e à espuma. Talvez esta seja uma boa explicação para o recurso recorrente aos prefixos pós e neo: pós-modernidade, pós-positivismo, neoliberalismo, neoconstitucionalismo. Sabe-se que veio depois e que tem a pretensão de ser novo. Mas ainda não se sabe bem o que é. Tudo é ainda incerto. Pode ser avanço. Pode ser uma volta ao passado. Pode ser apenas um movimento circular, uma dessas guinadas de 360 graus.

L. R. Barroso. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. In: Internet: (com adaptações).

Tendo o texto acima como motivação, assinale a opção correta a respeito do constitucionalismo e do neoconstitucionalismo.

- a) O neoconstitucionalismo tem como marco filosófico o póspositivismo, com a centralidade dos direitos fundamentais, no entanto, não permite uma aproximação entre direito e ética.

- b) A democracia, como vontade da maioria, é essencial na moderna teoria constitucional, de forma que as decisões judiciais devem ter o respaldo da maioria da população, sem o qual não possuem legitimidade.
- c) No neoconstitucionalismo, a Constituição é vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos poderes públicos, ressaltando que a concretização de suas propostas fica condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador.
- d) O constitucionalismo pode ser definido como uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Nesse sentido, o constitucionalismo moderno representa uma técnica de limitação do poder com fins garantísticos.

Questão 16

Sobre a mutação constitucional, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de fenômeno de alteração da Constituição sem que se tenha alterado seu texto.
- b) É o fenômeno de modificação da Constituição promovido pelas emendas à Constituição.
- c) É o fenômeno ocorrido quando uma nova ordem constitucional substitui uma Constituição.
- d) É a incorporação de norma infraconstitucional no rol das normas constitucionais mediante de decisões específicas do STF.

Questão 17

Quanto ao processo de mudança, a Constituição Federal de 1988 pode ser classificada como:

- a) flexível, por admitir alteração por iniciativa não só dos membros do Congresso Nacional, como também do presidente da República.
- b) semi-rígida, por admitir alteração de seu conteúdo, exceto com relação às cláusulas pétreas.
- c) transitoriamente rígida, por não admitir a alteração dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.
- d) rígida, por admitir a alteração de seu conteúdo por meio de processo mais rigoroso e complexo que o processo de elaboração das leis comuns.

Disciplina: Direito do Consumidor Professor: Me. Mário César Martins de Miranda
--

Questão 18

A concessionária de veículo X adquiriu, da montadora, trinta unidades de veículo do mesmo modelo e de cores diversificadas, a fim de guarnecer seu estoque, e direcionou três veículos desse total para uso da própria pessoa jurídica. Ocorre que cinco veículos apresentaram problemas mecânicos decorrentes de falha na fabricação, que comprometiam a segurança dos passageiros. Desses automóveis, um pertencia à concessionária e os outros quatro, a particulares que adquiriram o bem na concessionária.

Nesse caso, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- a) Entre os consumidores particulares e a montadora inexistente relação jurídica, posto que a aquisição dos veículos se deu na concessionária.
- b) Entre os consumidores particulares e a montadora, por se tratar de falha na fabricação, há relação jurídica protegida pelo CDC; a relação jurídica entre a concessionária e a montadora, no que se refere à unidade adquirida pela pessoa jurídica para uso próprio, é de direito comum civil.
- c) Existe, entre a concessionária e a montadora, relação jurídica regida pelo CDC, mesmo que ambas sejam pessoas jurídicas, no que diz respeito ao veículo adquirido pela concessionária para uso próprio, e não para venda.

d) Somente há relação jurídica protegida pelo CDC entre o consumidor e a concessionária, que deverá ingressar com ação de regresso contra a montadora, caso seja condenada em ação judicial, não sendo possível aos consumidores demandarem diretamente contra a montadora.

Questão 19

A Lei 8.078/1990 define os elementos que compõem a relação jurídica de consumo, em seus artigos 2º e 3º, elementos subjetivos, consumidor e fornecedor; elementos objetivos, produtos e serviços.

Dado esse contexto, avalie as proposições a seguir:

I) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

II) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

III) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

IV) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as proposições I, III e IV.
- b) Apenas as proposições II e III.
- c) Apenas a proposição I.
- d) Apenas a proposição III.

Questão 20

Acerca da natureza das normas insculpidas no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção VERDADEIRA.

- a) Suas normas são de ordem pública e interesse social, compondo um sistema de cláusulas abertas.
- b) Por pertencer ao ramo do Direito Privado, predomina a tutela dos interesses individuais.
- c) É um sistema normativo cujas regras são eminentemente casuísticas.
- d) São normas de Direito Público, na medida em que são de ordem pública e interesse social, o que é evidenciado pela constante atuação estatal no que diz respeito à tutela do consumidor.

Disciplina: Ética Geral e Profissional Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 21

Analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta

- I. O princípio fundamental da Deontologia Forense consiste em agir com a ciência e consciência.
 - II. É nas ciências jurídicas que as normas dos deveres morais se põem com toda a nitidez.
 - III. A carreira jurídica é daquelas raramente acumuláveis com outras, exceção feita à docência.
- a) apenas a assertiva I está correta
 - b) apenas as assertivas I e III estão corretas
 - c) apenas as assertivas I e II estão corretas
 - d) todas as assertivas acima estão corretas

Questão 22

A publicidade exagerada, a captação de clientela, a prática de pleitear remuneração excessiva, ferem o princípio ético

- a) Do coleguismo
- b) Da incompatibilidade
- c) Da dignidade e do decoro profissional
- d) Da diligencia

Questão 23

Analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta

I. O advogado tem o direito garantido pela Constituição Federal e Estatuto da OAB de exercer a profissão, com liberdade, em todo o território nacional.

II. A inviolabilidade, como direito do advogado, está limitada ao seu escritório, onde exerce a profissão.

III. O advogado só pode ser preso em flagrante delito em caso de crime inafiançável, independente se está ou não no exercício da profissão, e ainda tem o direito da presença de representante da OAB.

- a) Somente a assertiva I está correta.
- b) Somente a assertiva II está correta.
- c) Somente as assertivas I e II estão corretas
- d) Somente a assertiva III está correta.

~~~~~

Barreiras e obstáculos existem para serem superados, e assim, aumentar nosso conhecimento e experiência para conquistarmos nossos sonhos.